

Levantamento de Governança, Gestão e
Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

iGovTIC-JUD 2025

Resultado Geral

Agosto de 2025

Sumário

1	Introdução	3
1.1	Breve histórico.....	3
1.2	O ciclo 2021/2026.....	4
1.2.1	Aprimoramentos do Ciclo 2025.....	4
2	Composição geral do iGovTIC-JUD	5
2.1	Distribuição das perguntas do iGovTIC-JUD em Seções.....	5
1.3	Painel do iGovTIC-JUD	6
3	Classificação dos Órgãos por Segmento e Porte	7
4	Metodologia de cálculo do iGovTIC-JUD – 2025.....	8
4.1	Regras de exceção para o iGovTIC-JUD 2025	8
4.1.1	Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 8 para os TRTs no iGovTIC-JUD 2025.....	8
4.1.2	Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 11 para os TREs no iGovTIC-JUD 2025.....	8
4.2	Pontuação atrelada com a validação da evidência submetida pelo órgão ao CNJ:	9
4.3	Cálculo do iGovTIC-JUD 2025:.....	12
4.4	Exemplo de cálculo do iGovTIC-JUD – 2025.....	14
5	Resultados do iGovTIC-JUD 2025	17
5.1	Média Geral e por Domínio do iGovTIC-JUD 2025	17
5.2	Distribuição geral por nível de maturidade do iGovTIC-JUD 2025	17
5.3	Evolução Geral do iGovTIC-JUD por Segmento.....	18
5.4	Evolução do iGovTIC-JUD em Governança e Gestão de TIC por Segmento.....	18
5.5	Evolução do iGovTIC-JUD em Gerenciamento de Serviços de TIC por Segmento.....	18
5.6	Médias por tema da Seção 1 – Avaliação da Área de TIC.....	19
5.6.1	Evolução Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC.....	19
5.6.2	Média Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC.....	20
5.6.3	Médias por Segmento e por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC.....	20
5.7	Médias por Segmento da Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio	21
5.7.1	Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento de Justiça.....	21
5.7.2	Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Governança e Gestão de TIC..	21
5.7.3	Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Gerenciamento de Serviço de TIC	21
5.8	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Órgãos de Grande Porte	22
5.9	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Órgãos de Médio Porte.....	22
5.10	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Órgãos de Pequeno Porte	23
5.11	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais de Justiça Estaduais	23
5.12	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Regionais Eleitorais.....	24
5.13	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Regionais do Trabalho.....	24
5.14	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Regionais Federais	25
5.15	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais da Justiça Militar Estadual	25
5.16	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Superiores	25
5.17	Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Conselhos	26
6	Resultados do Órgão no iGovTIC-JUD 2025	26
6.1	Classificação Geral – iGovTIC-JUD 2025.....	26
6.2	Classificação por Segmento – iGovTIC-JUD 2025	30
6.3	Classificação por Porte – iGovTIC-JUD 2025.....	33

1 Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento ao Art. 11 da Resolução CNJ nº 370/2021 (ENTIC-JUD), realiza, anualmente, diagnóstico para aferir o nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ.

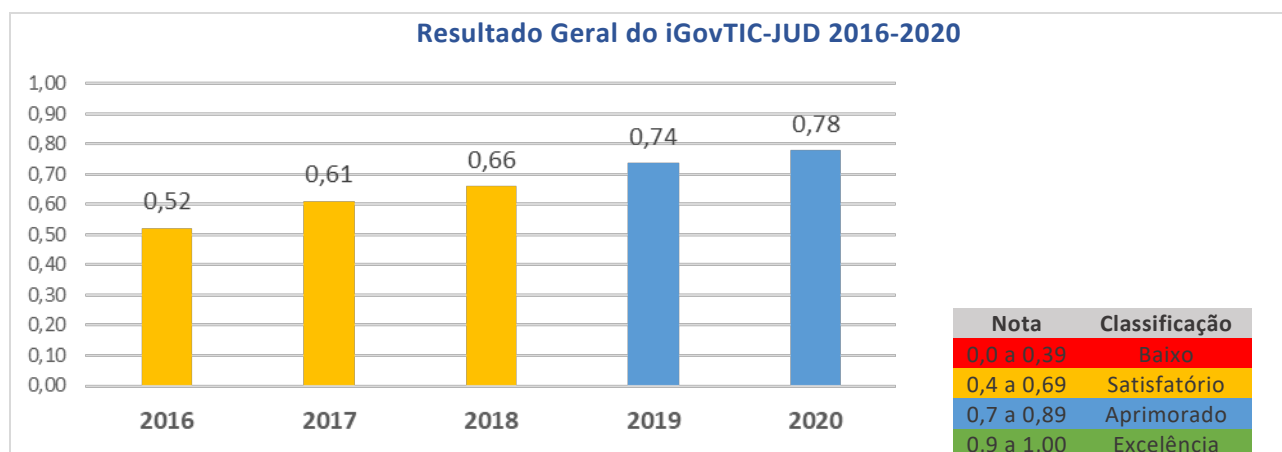
O diagnóstico é materializado pela aplicação do Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) que é composto por perguntas e itens construídos em consonância com as diretrizes estratégicas de TIC, estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Cabe destacar que a meta da ENTIC-JUD é “Atingir no mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório no iGovTIC-JUD até dezembro de 2026”.

1.1 Breve histórico

Com a publicação da Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a ENTIC-JUD para o período de 2015 a 2020, o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ) e o CNJ, em 2016, desenvolveram um questionário com base em práticas consolidadas de governança e gestão. Esse questionário foi estruturado em dois domínios: Governança e Gestão de TIC, e Infraestrutura de TIC, resultando na criação do iGovTIC-JUD, que foi aplicado de 2016 a 2020.

A análise dos resultados obtidos durante o primeiro ciclo de aplicação do iGovTIC-JUD (2016-2020) revela uma evolução significativa no nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



1.2 O ciclo 2021/2026

Com a publicação da nova ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021), foram estabelecidos novos requisitos para os órgãos do Poder Judiciário, demandando a criação de critérios de avaliação atualizados, uma nova metodologia de cálculo e a formulação de novas perguntas. Essas mudanças culminaram no iGovTIC-JUD, um instrumento de avaliação aplicado ao período de 2021 a 2026. Em 2025, a Portaria CNJ nº 101/2025 instituiu novos procedimentos, com o objetivo de aprimorar ainda mais a governança e a gestão de TIC no âmbito do Judiciário.

1.2.1 Aprimoramentos do Ciclo 2025

Com o objetivo de aprimorar continuamente o Levantamento e aumentar a precisão dos resultados do iGovTIC-JUD, os pesos das perguntas foram revisados para incentivar os órgãos a priorizarem questões ainda em processo de evolução, ou seja, aquelas que não foram totalmente atendidas.

A partir de 2025, todas as respostas do levantamento serão registradas exclusivamente no Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ (INTEGRA), eliminando a necessidade de formulários adicionais. Essa mudança visa simplificar o processo, garantir maior rastreabilidade das informações e centralizar a gestão das evidências de conformidade diretamente na plataforma.

É importante ressaltar que o Grau de Conformidade do Integra não influencia a metodologia de cálculo utilizada para a apuração dos resultados do iGovTIC-JUD. O Integra é exclusivamente um instrumento para a validação das evidências apresentadas.

Com base na análise dos dados dos anos anteriores, especialmente nas questões já superadas pelos órgãos do Poder Judiciário, os pesos e as notas dos itens foram redistribuídos.

A melhoria implementada em 2024, que exige o envio de evidências para alguns subitens do diagnóstico, foi mantida para o ciclo de 2025. A submissão dessas evidências foi realizada pelo INTEGRA.

No Capítulo 5 do Manual do iGovTIC-JUD 2025, que trata da Subseção 1.1 – Perguntas Específicas de TIC, estão detalhadas as evidências que devem ser comprovadas pelos órgãos. A pontuação dos subitens que exigem validação do CNJ dependerá da aceitação das evidências apresentadas via INTEGRA.

Após o período de avaliação inicial pelo CNJ, os Órgãos tiveram a oportunidade de realizar os ajustes necessários em evidências inicialmente reprovadas, conforme as etapas do Ciclo de Monitoramento do iGovTIC-JUD 2025. Após o encerramento desse período, a ferramenta foi bloqueada para modificações, e o CNJ procedeu com a avaliação final das evidências apresentadas, seguindo as diretrizes estabelecidas no manual do INTEGRA.

A pontuação final dos subitens que exigem comprovação foi concedida com base nessa avaliação final do CNJ.

No ciclo de 2025 do iGovTIC-JUD, foram avaliadas um total de 5.387 evidências, das quais 5.176 (96,08%) foram aprovadas, refletindo um elevado nível de conformidade entre os órgãos participantes. Apenas 229 evidências (3,92%) foram reprovadas na avaliação final, demonstrando a eficácia do processo de governança e gestão de TIC implementado pelos tribunais. Esses números indicam um amadurecimento significativo na adequação às diretrizes estabelecidas pela ENTIC-JUD, evidenciando o comprometimento dos órgãos em atender aos critérios de conformidade exigidos pelo CNJ.



2 Composição geral do iGovTIC-JUD

O iGovTIC-JUD é composto por duas seções, abrangendo os dois domínios da ENTIC-JUD: Governança e Gestão de TIC; e Gerenciamento de Serviços de TIC.

A Primeira Seção é voltada para a autoavaliação da área de TIC dos órgãos, por meio de dois grupos de perguntas: o primeiro com o objetivo de pontuar e medir o grau de maturidade em TIC, e o segundo destinado a realizar um diagnóstico complementar.

A Segunda Seção é dedicada à avaliação do grau de maturidade em TIC pelas áreas de negócio dos órgãos, permitindo uma visão mais integrada e colaborativa.

2.1 Distribuição das perguntas do iGovTIC-JUD em Seções

A tabela abaixo demonstra a distribuição das perguntas pelos temas e domínios estabelecidos na ENTIC-JUD, em duas Seções, permitindo uma avaliação interna da área de TIC e uma avaliação externa da área de negócio:

Perguntas	iGovTIC-JUD 2022/2026
64	Seção 1 – Avaliação da Área de TIC
28	Subseção 1.1 – Perguntas específicas de TIC
17	Governança e Gestão de TIC
2	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos
5	Políticas e Planejamento
6	Transformação Digital
2	Atendimento e Suporte ao Usuário
2	Pessoas
11	Gerenciamento de Serviços de TIC
4	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem
4	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados
3	Sistemas de Informação
36	Subseção 1.2 – Diagnóstico Complementar
10	Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio

5	Governança e Gestão de TIC
5	Gerenciamento de Serviços de TIC

1.3 Painel do iGovTIC-JUD

O CNJ disponibiliza um painel interativo que apresenta diversos gráficos e informações sobre os resultados do iGovTIC-JUD. Nele, é possível visualizar o resultado geral, a média por segmento e por dimensão, a evolução histórica dos dados, além de relatórios detalhados. Também estão disponíveis as notas individuais de cada órgão, as respostas ao questionário, organizadas por órgão e por tipo de pergunta.

Para acessar o painel, visite o *link*:

<https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario>

3 Classificação dos Órgãos por Segmento e Porte

Para uma melhor avaliação do comportamento dos dados, os 94 órgãos que responderam ao questionário do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, foram classificados nos seguintes segmentos do Poder Judiciário:

- Conselhos, abrangendo os Conselhos de Justiça;
- Superior, abrangendo os Tribunais Superiores;
- Eleitoral, abrangendo os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs);
- Estadual, abrangendo os Tribunais de Justiça (TJs);
- Federal, abrangendo os Tribunais Regionais Federais (TRFs);
- Militar, abrangendo os Tribunais de Justiça Militares Estaduais;
- Trabalho, abrangendo os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

Tabela 1. Distribuição dos órgãos por segmento em 2025

Segmento	Quantidade
Conselhos	3
Superior	4
Eleitoral	27
Estadual	27
Federal	6
Militar	3
Trabalho	24
TOTAL	94

Em consonância com a metodologia adotada pelo caderno Justiça em Números, além da classificação quanto ao segmento, os órgãos foram classificados de acordo com o critério da classificação em portes.

A classificação em portes tem por objetivo criar agrupamentos de forma a respeitar características distintas dentro do mesmo ramo de Justiça. A separação é feita sempre em três grupos, quais sejam: Grande, Médio e Pequeno porte. Os ramos de Justiça que contam com essa separação são: Justiça Estadual (27 tribunais), Justiça do Trabalho (24 tribunais) e Justiça Eleitoral (27 tribunais).

Uma vez que a classificação definida pelo Justiça em Números apenas segmenta os órgãos da Justiça Estadual, do Trabalho e Eleitoral, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ, com o intuito de propiciar a análise completa dos resultados do levantamento realizado, classificou os demais órgãos a partir da comparação com aqueles categorizados pelo Justiça em Números no que se refere à equivalência dos critérios do orçamento, da capacidade processual e da força de trabalho, resultando na distribuição de portes conforme consta na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos órgãos quanto ao porte em 2025.

Porte	Quantidade
Grande	26
Médio	31
Pequeno	37
TOTAL	94

4 Metodologia de cálculo do iGovTIC-JUD – 2025

4.1 Regras de exceção para o iGovTIC-JUD 2025

4.1.1 Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 8 para os TRTs no iGovTIC-JUD 2025

De acordo com o **Ato CSJT.GP.SG.SETIC nº 78, de 7 de agosto de 2023**, o **Plano de Transformação Digital da Justiça do Trabalho (PTD-JT)** foi aprovado como diretriz central para todos os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Esse plano estabelece que a execução da Transformação Digital nos TRTs deve seguir diretrizes nacionais definidas pelo **Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)**, com colaboração dos tribunais regionais.

Com base nessas diretrizes, a **Pergunta da Área de TIC 8: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD) não se aplica aos TRTs**, uma vez que o planejamento e a execução do PTD-JT são definidos pelo CSJT, e os TRTs não são obrigados a elaborar planos individuais.

Dessa forma, no **iGovTIC-JUD 2025**, para os TRTs, a pontuação referente à **Pergunta 8** foi redistribuída dentro do **Tema 3: Transformação Digital**. Essa redistribuição ocorreu da seguinte forma:

- Originalmente, o **Tema 3** possui **6 perguntas**.
- Como os TRTs não responderam à **Pergunta 8**, a pontuação foi redistribuída entre as **5 perguntas remanescentes**.
- Assim, cada uma dessas perguntas passou a ter um acréscimo de **6%**, garantindo que a avaliação da Transformação Digital nos TRTs seja equitativa e proporcional.

Distribuição de Pontuação no Tema 3 para os TRTs:

Pergunta	Peso Original	Peso Ajustado para TRTs
Pergunta 8	30%	0% (Não se aplica)
Pergunta 9	5%	11%
Pergunta 10	10%	16%
Pergunta 11	25%	31%
Pergunta 12	20%	26%
Pergunta 13	10%	16%

Essa redistribuição garante que a avaliação dos TRTs no **Tema 3** continue equilibrada e alinhada com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo CSJT.

4.1.2 Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 11 para os TREs no iGovTIC-JUD 2025

De acordo com a **Resolução TSE nº 23.417/2014** e demais normativos do **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, os **Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)** utilizam o **Processo Judicial Eletrônico (PJe)** como **único sistema judicial**, operando exclusivamente como usuários finais dentro de uma arquitetura **SaaS (Software as a Service)**. Todo o ciclo de vida do **PJe**, incluindo sua integração com a **Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br)**, é conduzido integralmente pelo **TSE**, ficando vedado aos TREs o desenvolvimento, a contratação ou a implantação de qualquer sistema ou módulo diverso do **PJe**.

Diante desse modelo de governança, a **Pergunta da Área de TIC 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br)** não se aplica aos TREs, uma vez que todas as ações relacionadas à integração do PJe à PDPJ-Br são realizadas pelo TSE. Mesmo que um TRE elaborasse um plano próprio para essa integração, esse documento não teria efeito prático, visto que a **execução das ações, a definição do cronograma e o gerenciamento dos dados estão sob a supervisão direta do TSE**.

Dessa forma, no **iGovTIC-JUD 2025**, para os TREs, a pontuação referente à **Pergunta 11** foi redistribuída dentro do **Tema 3: Transformação Digital**. Essa redistribuição ocorreu da seguinte forma:

- Originalmente, o **Tema 3** possui **6 perguntas**.
- Como os TREs não responderam à **Pergunta 11**, a pontuação foi redistribuída entre as **5 perguntas remanescentes**.
- Assim, cada uma dessas perguntas passou a ter um acréscimo de **5%**, garantindo que a avaliação da Transformação Digital nos TREs seja equitativa e proporcional.

Distribuição de Pontuação no Tema 3 para os TREs:

Pergunta	Peso Original	Peso Ajustado para TRTs
Pergunta 8	30%	35%
Pergunta 9	5%	10%
Pergunta 10	10%	15%
Pergunta 11	25%	0% (Não se aplica)
Pergunta 12	20%	25%
Pergunta 13	10%	15%

Essa redistribuição garante que a avaliação dos TREs no **Tema 3** continue equilibrada e alinhada com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo TSE.

4.2 Pontuação atrelada com a validação da evidência submetida pelo órgão ao CNJ:

Para o ano de 2025, a avaliação de determinados aspectos na **Subseção 1.1 - Perguntas Específicas de TIC** foi realizada exclusivamente por meio da **submissão de evidências no INTEGRA**. A aceitação dessas evidências pelo CNJ foi determinante para a pontuação dos subitens que exigem comprovação documental.

Seguindo o **Fluxo de Funcionamento do INTEGRA**, o processo ocorreu da seguinte forma:

1. **Submissão de Respostas e Evidências pelos Órgãos:** Os órgãos cadastraram e validaram suas evidências dentro do prazo estabelecido. Apenas evidências aprovadas pelo servidor que possui o perfil de **Gestor do Órgão no INTEGRA** foram avaliadas pela equipe do CNJ.
2. **Avaliação Inicial pelo CNJ:** O CNJ analisou as evidências aprovadas pelo Gestor do Órgão. Caso a equipe tenha identificado divergência ou mesmo não atendimento dos parâmetros esperados, as evidências foram reprovadas.

3. **Período de Ajustes pelos Órgãos:** Durante este prazo, os órgãos puderam revisar e reenviar as evidências corrigidas conforme as exigências do CNJ.
4. **Avaliação Final pelo CNJ:** Após o encerramento do período de ajustes, o **INTEGRA foi bloqueado para novas modificações**, e o CNJ realizou a **análise final** das evidências.
5. **Pontuação e Divulgação dos Resultados:** As evidências aprovadas definiram a pontuação final do órgão, conforme os critérios estabelecidos.

Evidências que não atenderam aos critérios de aprovação na fase final **não puderam ser mais alteradas** e impactaram a pontuação final do órgão.

Para garantir um correto entendimento e submissão das evidências, as diretrizes específicas estão detalhadas no **Capítulo 5.1 - Subseção 1.1 - Perguntas Específicas de TIC**.

Ao avaliar a conformidade, a **equipe do CNJ verificou se a opção indicada pelo órgão nos itens e subitens de cada Pergunta no Integra correspondia às evidências aprovadas pelo Gestor do órgão. Em caso de divergência, a evidência foi reprovada, e o item de conformidade recebeu pontuação zero.**

Observação: Os itens e subitens que não exigem comprovação por meio de evidências foram indicados em cada Pergunta e aprovados tacitamente pelo CNJ. No entanto, o órgão precisou prestar a informação correspondente, e a aprovação pelo CNJ ocorreu somente após a validação do Gestor do Órgão responsável. No campo de descrição da evidência, o órgão pôde incluir suas observações, se necessário.

A seguir, são apresentados exemplos de como foi conduzida a avaliação pelo CNJ, demonstrando a aplicação dos critérios definidos para cada item de conformidade. Os exemplos ilustram as formas de comprovação aceitas, os requisitos documentais exigidos e a metodologia utilizada para a validação das evidências apresentadas pelos órgãos.

Exemplo:

Pergunta da Área de TIC 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:

Subitem	Tipo	Respostas	Nota 2025	Validação para pontuação	
				Órgão	CNJ
24.1	Lista	É formalmente instituído.	5		X
24.2	Lista	É formalmente instituído e os processos foram definidos.	20		X
24.3	Lista	É formalmente instituído, os processos foram definidos e são executados.	95		X
24.4	Lista	É formalmente instituído, os processos foram definidos, são executados e são revisados periodicamente.	100		X

Evidência requerida para os subitens 24.1 a 24.4:

Documento Comprobatório Formal:

Conteúdo: Arquivo único em formato PDF pesquisável (OCR) contendo:

- **Capa/Resumo Obrigatório:** Extrato detalhado incluindo:

- **Identificação do Documento:** Título, número (se aplicável) e data de emissão do plano (ex. “Portaria nº 123/2024, 01/10/2024”).
- **Resumo Objetivo:** Referências específicas dos subitens com páginas do PDF e breve resumo da situação apresentada, como:
 - “24.1 - Pág. 2-5: Portaria nº 123/2024 institui o Plano em 01/10/2024.”
 - “24.2 - Pág. 6-10: Processos definidos para identificação de riscos em out/24.”
 - “24.3 - Pág. 11-15: Execução com mitigação de 3 riscos em jan/25.”
 - “24.4 - Pág. 16-18: Revisão anual em fev/25 ou criação recente (out/24) sem revisão adicional.”
- **Plano Formalizado (24.1):** Ato normativo (ex. portaria, resolução) ou documento institucional que oficializa o Plano (ex. “Portaria nº 123/2024 institui o Plano em 01/10/2024”).
- **Processos Definidos (24.2):** Descrição detalhada dos processos do plano (ex. “Identificação, avaliação e mitigação de riscos de TIC”).
- **Execução do Plano (24.3):** Evidências de ações práticas entre setembro de 2024 e março de 2025, como:
 - Registros de reuniões (ex. “Ata de 15/11/2024: análise de riscos”).
- **Revisão Periódica (24.4):** Evidências de revisão anual (ex. “Relatório de fev/25: atualização do plano”) ou, se criado nos últimos 12 meses (mar/24 a mar/25), a data de instituição que comprova atualização (ex. “Plano criado em out/24”).

Exemplos de Aplicação:

Respostas no Integra	Evidências apresentadas	Pontuação
24.3	PDF com capa Evidências indicam execução, mas falta formalização.	0 pontos
24.3	PDF com capa 24.1 nas págs. 2-5: instituição out/22. 24.2 nas págs. 6-10: processos. 24.3 nas págs. 11-20: execução.	95 pontos
24.4	PDF com capa 24.1 nas págs. 2-5: instituição out/22. 24.2 nas págs. 6-10: processos. 24.3 nas págs. 11-15: execução jan/25. 24.4 nas págs. 16-18: revisão fev/25.	100 pontos
24.4	PDF com todos os elementos exigidos, porém sem capa/resumo.	0 pontos

Observação: Em caso de divergência entre a indicação do subitem da Pergunta e a documentação apresentada, a evidência foi reprovada, e o item de conformidade recebeu pontuação zero.

4.3 Cálculo do iGovTIC-JUD 2025:

Para o cálculo do iGovTIC-JUD – 2025, são considerados sete níveis de consolidação:

1. **Nota do Item da Pergunta da Área de TIC (NI-TIC)**
2. **Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC)**
3. **Nota Final do Tema (NFT)**
4. **Nota Final da Avaliação da Área de TIC (NF-TIC)***
5. **Nota Final da Pergunta da Área de Negócio (NFP-AN)**
6. **Nota Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN)**
7. **Nota Final do iGovTIC-JUD***

* O Cálculo dos itens 4 e 7 são condicionados à avaliação das evidências apresentadas pelos órgãos por parte do CNJ.

A metodologia para o cálculo do iGovTIC-JUD – 2025 é descrita conforme detalhamento das fórmulas a seguir:

Seção 1 – Avaliação da Área de TIC:

Subseção 1.1 – Perguntas Específicas da Área de TIC:

Nota do Item da Pergunta da Área de TIC (NI-TIC): os itens das perguntas da Área de TIC são valorados de 0 a 100 pontos, de acordo com o seu grau de importância.

Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC): cada pergunta da área de TIC é composta por itens. O somatório dos itens, de cada pergunta, resultará na **Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC)**, que pode variar de 0 a 100 pontos, conforme fórmula abaixo:

- $NFP-TIC = \text{Nota Final da Pergunta da Área de TIC}$
- $NI-TIC = \text{Nota do Item da Pergunta da Área de TIC}$

$$NFP-TIC = NI-TIC1 + NI-TIC2 + \dots + NI-TICn$$

Nota Final do Tema (NFT): as perguntas da área de TIC são agrupadas por temas. Cada pergunta possui um peso definido, em porcentagem, de acordo com o seu grau de importância para o tema. O somatório dos pesos de todas as perguntas do tema resultará em 100%. Veja:

- $NFT = \text{Nota Final do Tema}$
- $NFP-TIC = \text{Nota Final da Pergunta da Área de TIC}$
- $PP-TIC = \text{Peso da Pergunta da Área de TIC}$

$$NFT = (NFP-TIC1 * PP-TIC1\%) + (NFP-TIC2 * PP-TIC2\%) + \dots + (NFP-TICn * PP-TICn\%)$$

Nota Final da Avaliação da Área de TIC (NF-TIC): o resultado é obtido pela média aritmética das **Notas Finais dos Temas (NFTs)**, conforme fórmula abaixo:

$$NF-TIC = (NFT1 + NFT2 + \dots + NFT8) / 8$$

Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio:

Nota Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN): o resultado é obtido por meio da média ponderada das **Notas Finais das Perguntas da Área de Negócio (NFP-AN)**, conforme a fórmula abaixo:

- $NFP-AN = \text{Nota Final da Pergunta da Área de Negócio}$
- $PP-AN = \text{Peso da Pergunta da Área de Negócio}$

$$NF-AN = (NFP-AN1 * PP-AN1\%) + (NFP-AN2 * PP-AN2\%) + \dots + (NFP-ANn * PP-ANn\%)$$

Resultado Geral do iGovTIC-JUD – 2025:

Nota Final do iGovTIC-JUD: calculada pelo somatório ponderado das Notas Finais da Avaliação das áreas de TIC e de Negócio, utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{iGovTIC-JUD} = (\text{NF-TIC} * 0,9) + (\text{NF-AN} * 0,1)$$

Cabe destacar que NF-TIC representa a Nota Final da Avaliação da Área de TIC e NF-AN representa a Nota Final da Avaliação da Área de Negócio. A ponderação de 90% para a área de TIC e 10% para a área de Negócio tem como objetivo reconhecer a importância da contribuição da área de Negócio na avaliação da entrega de valor da área de TIC.

Dessa forma, a partir do resultado obtido, cada órgão é classificado de acordo com seu nível de maturidade.

Cabe destacar que com a finalidade de assegurar que os órgãos tivessem um período de adequação à nova metodologia do iGovTIC-JUD, implementada em 2021, foram criadas faixas de transição para as avaliações, conforme tabela abaixo:

Tabela 6. Nível de maturidade iGovTIC-JUD 2025

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 30$	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 35$	$00 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 40$
Satisfatório	$30 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 60$	$35 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 65$	$40 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 70$
Aprimorado	$60 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 80$	$65 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 85$	$70 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 90$
Excelência	$80 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$	$85 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$	$90 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$

4.4 Exemplo de cálculo do iGovTIC-JUD – 2025

Seção 1 – Avaliação da Área de TIC:

Subseção 1.1 – Perguntas específicas de TIC:

a) Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC):

A pergunta abaixo é composta por cinco itens, dos quais o item 5 possui maior pontuação por seu grau de importância. Destaca-se que o somatório dos itens resulta no total de 100 pontos para a pergunta.

No exemplo, o tribunal não pontuou nos itens 3 e 4 por ter respondido “Não”.

Pergunta da Área de TIC: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.

Item	Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.	Resposta	Pontos
1	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.	Sim	12
2	Possui software de gestão de atendimento atualizado.	Sim	11
3	É realizada capacitação periódica dos atendentes.	Não	12
4	Possui FAQs atualizadas.	Não	10
5	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados.	Sim	55

Exemplo de cálculo da Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC):

$$NFP-TIC = NI-TIC1 + NI-TIC2 + \dots + NI-TICn$$

$$NFP-TIC = NI-TIC1 + NI-TIC2 + NI-TIC3 + NI-TIC4 + NI-TIC5$$

$$NFP-TIC = 12 + 11 + 0 + 0 + 55 = 78$$

b) Nota Final do Tema (NFT)

Exemplo:

O tema do exemplo a seguir é composto por três perguntas da área de TIC, com pesos distribuídos da seguinte forma: P1 (30%), P2(35%) e P3 (35%). O somatório dos percentuais (pesos) resulta no total de 100%, conforme quadro abaixo:

Tema	Peso da Pergunta	Id Pergunta	Descrição da Pergunta da Área de TIC
Sistemas de Informação	30%	P1	O órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, quando necessárias, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.
	35%	P2	Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:
	35%	P3	Sobre as soluções de TIC:

No exemplo, o tribunal atingiu 80 pontos na NFP-TIC1, 55 na NFP-TIC2 e 45 na NFP-TIC3, resultando na NFT igual a 63,25 conforme abaixo:

NFP-TIC1:	80	NFP-TIC2:	55	NFP-TIC3:	45
PP-TIC1:	30%	PP-TIC2:	35%	PP-TIC3:	35%

Nota Final do Tema:

$$NFT = (NFP-TIC1 * PP-TIC1\%) + (NFP-TIC2 * PP-TIC2\%) + \dots + (NFP-TICn * PP-TICn\%)$$

$$NFT = (NFP-TIC1 * PP-TIC1\%) + (NFP-TIC2 * PP-TIC2\%) + (NFP-TIC3 * PP-TIC3\%)$$

$$NFT = (80 * 30\%) + (55 * 35\%) + (45 * 35\%)$$

$$NFT = 24,00 + 19,25 + 15,75$$

$$NFT = 59,00$$

Exemplo: No exemplo, o tribunal atingiu Notas Finais dos Temas (NFTs) conforme quadro abaixo:

Id Tema	Tema	NFT
T1	Políticas e Planejamento	88,10
T2	Transformação Digital	77,33
T3	Atendimento e Suporte ao Usuário	93,00
T4	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	82,50
T5	Pessoas	88,62
T6	Sistemas de Informação	59,00
T7	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem	81,00
T8	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados	75,97

c) Nota Final da Avaliação da Área de TIC (NF-TIC):

$$NF-TIC = (NFT1 + \dots + NFT8) / 8$$

$$NF-TIC = (NFT1 + NFT2 + NFT3 + NFT4 + NFT5 + NFT6 + NFT7 + NFT8) / 8$$

$$NF-TIC = (88,10 + 77,33 + 93,00 + 82,50 + 88,62 + 59,00 + 81,00 + 75,97) / 8$$

$$NF-TIC = 80,69$$

Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio:

d) Nota Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN):

Exemplo: No exemplo, o órgão atingiu as notas finais das perguntas de avaliação da Área de Negócio (NFP-ANs), conforme quadro abaixo:

Pergunta	Nota	Peso	NFP-AN
NFP-AN1	50,00	15%	7,5
NFP-AN2	25,00	15%	3,75
NFP-AN3	75,00	10%	7,5
NFP-AN4	50,00	5%	2,5
NFP-AN5	100,00	5%	5
NFP-AN6	25,00	5%	1,25
NFP-AN7	25,00	20%	5
NFP-AN8	100,00	5%	5
NFP-AN9	50,00	5%	2,5
NFP-AN10	75,00	15%	11,25

Nota da Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN):

$$NF-AN = (NFP-AN1 * PP-AN1\%) + (NFP-AN2 * PP-AN2\%) + \dots + (NFP-ANn * PP-ANn\%)$$

$$NF-AN = (NPN1 * 15\% + NPN2 * 15\% + \dots + NPN9 * 5\% + NPN10 * 15\%)$$

$$NF-AN = (50*0,15 + 25*0,15 + 75*0,10 + 50*0,05 + 100*0,05 + 25*0,05 + 25*0,20 + 100*0,05 + 50*0,05 + 75*0,15)$$

$$NF-AN = 51,25$$

Resultado Geral do iGovTIC-JUD – 2025

e) Nota Final do iGovTIC-JUD:

$$iGovTIC-JUD = (NF-TIC * 0,9) + (NF-AN * 0,1)$$

$$iGovTIC-JUD = (80,69 * 0,9) + (51,25 * 0,1)$$

$$iGovTIC-JUD = 77,75$$

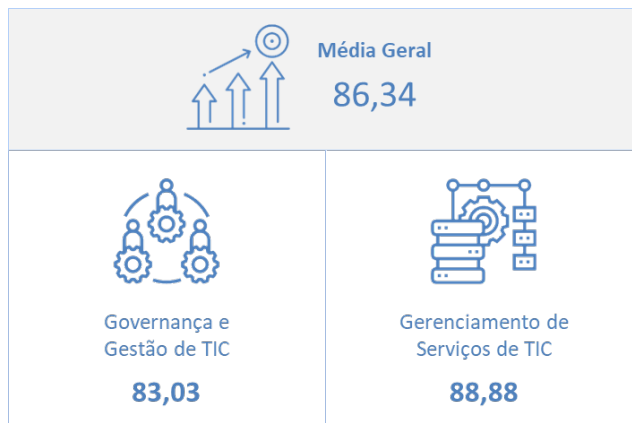
$$\mathbf{IGOVTIC-JUD = 77,75}$$

Nível de Maturidade Aprimorado

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	$0 \leq iGovTIC-JUD < 30$	$0 \leq iGovTIC-JUD < 35$	$00 \leq iGovTIC-JUD < 40$
Satisfatório	$30 \leq iGovTIC-JUD < 60$	$35 \leq iGovTIC-JUD < 65$	$40 \leq iGovTIC-JUD < 70$
Aprimorado	$60 \leq iGovTIC-JUD < 80$	$65 \leq iGovTIC-JUD < 85$	$70 \leq iGovTIC-JUD < 90$
Excelência	$80 \leq iGovTIC-JUD \leq 100$	$85 \leq iGovTIC-JUD \leq 100$	$90 \leq iGovTIC-JUD \leq 100$

5 Resultados do iGovTIC-JUD 2025

5.1 Média Geral e por Domínio do iGovTIC-JUD 2025



5.2 Distribuição geral por nível de maturidade do iGovTIC-JUD 2025

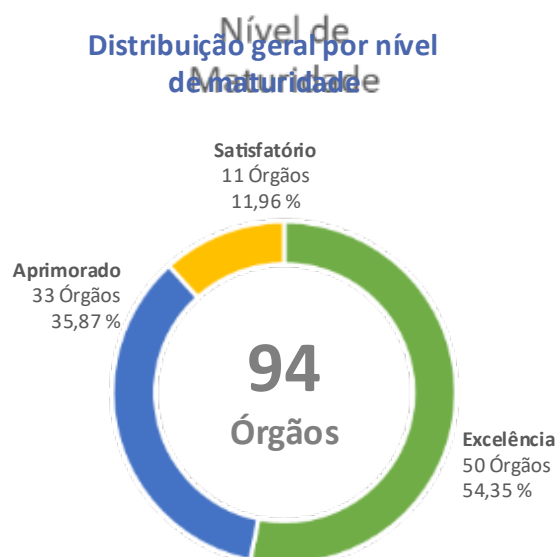


Gráfico 1. Distribuição geral por nível de maturidade iGovTIC -JUD

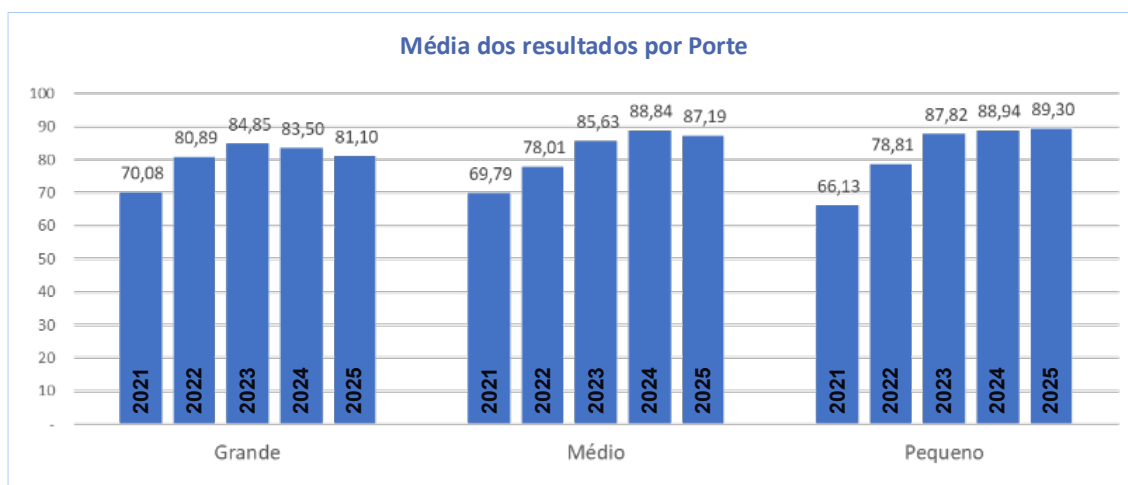


Gráfico 2. Média do resultado do iGovTIC-JUD por Porte

5.3 Evolução Geral do iGovTIC-JUD por Segmento

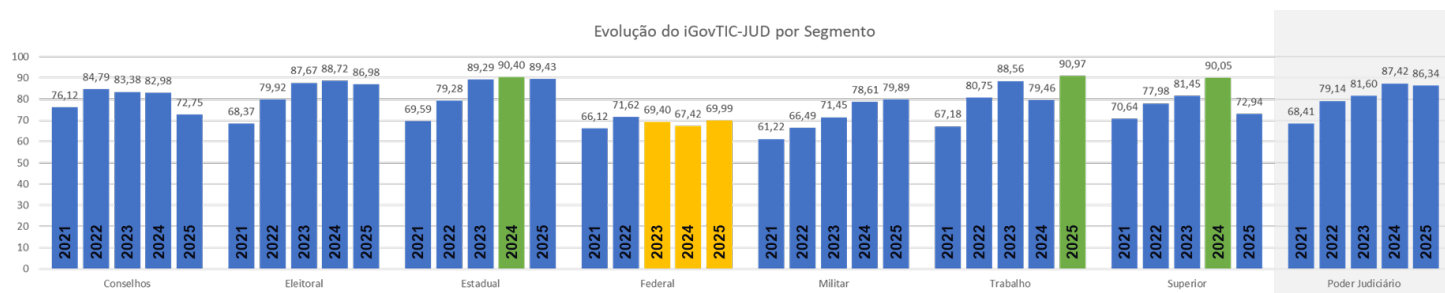


Gráfico 3. Evolução Geral do iGovTIC-JUD por segmento

5.4 Evolução do iGovTIC-JUD em Governança e Gestão de TIC por Segmento

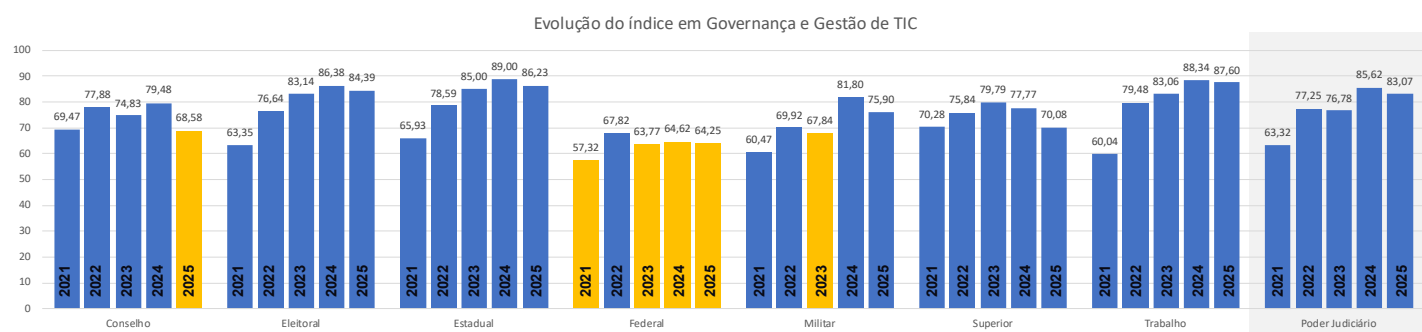


Gráfico 4. Evolução Geral do iGovTIC-JUD em Governança e Gestão de TIC por Segmento.

5.5 Evolução do iGovTIC-JUD em Gerenciamento de Serviços de TIC por Segmento

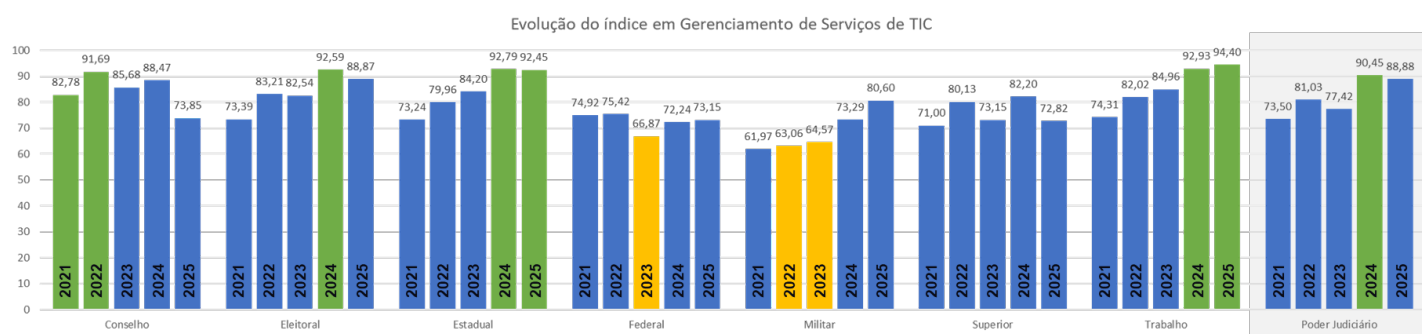
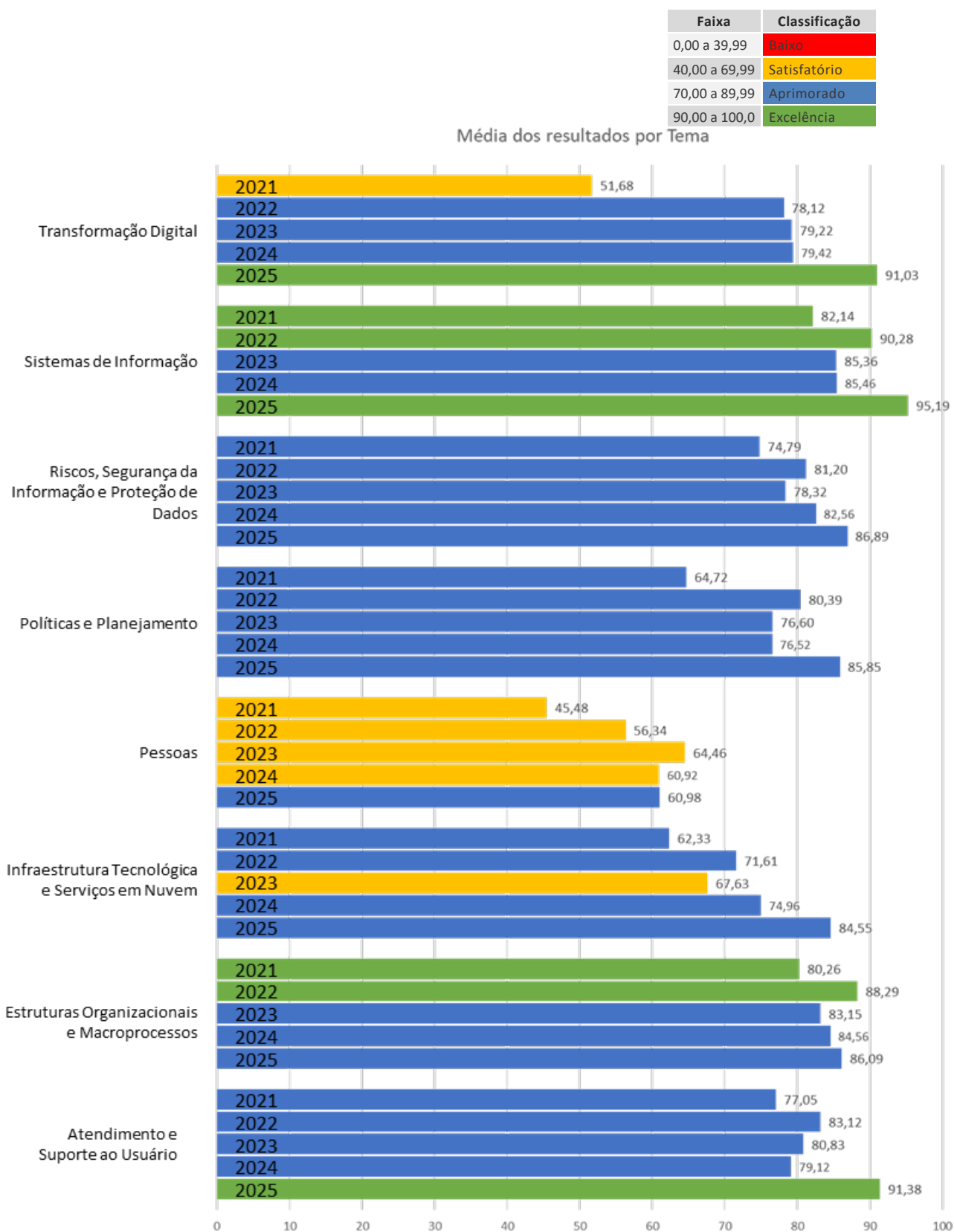


Gráfico 5. Evolução do iGovTIC-JUD em Gerenciamento de Serviços de TIC por Segmento

5.6 Médias por tema da Seção 1 – Avaliação da Área de TIC

5.6.1 Evolução Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC



5.6.2 Média Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC

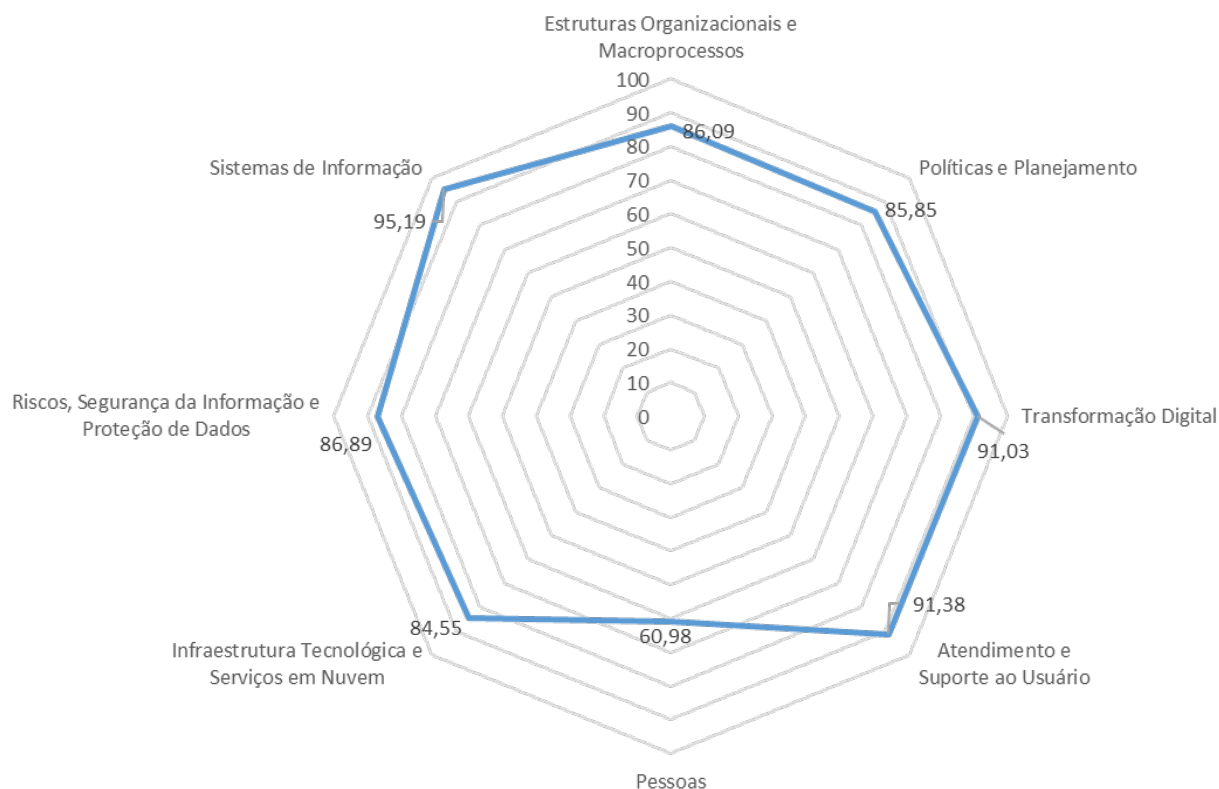


Gráfico 6. Média Geral por Tema do Poder Judiciário

5.6.3 Médias por Segmento e por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC

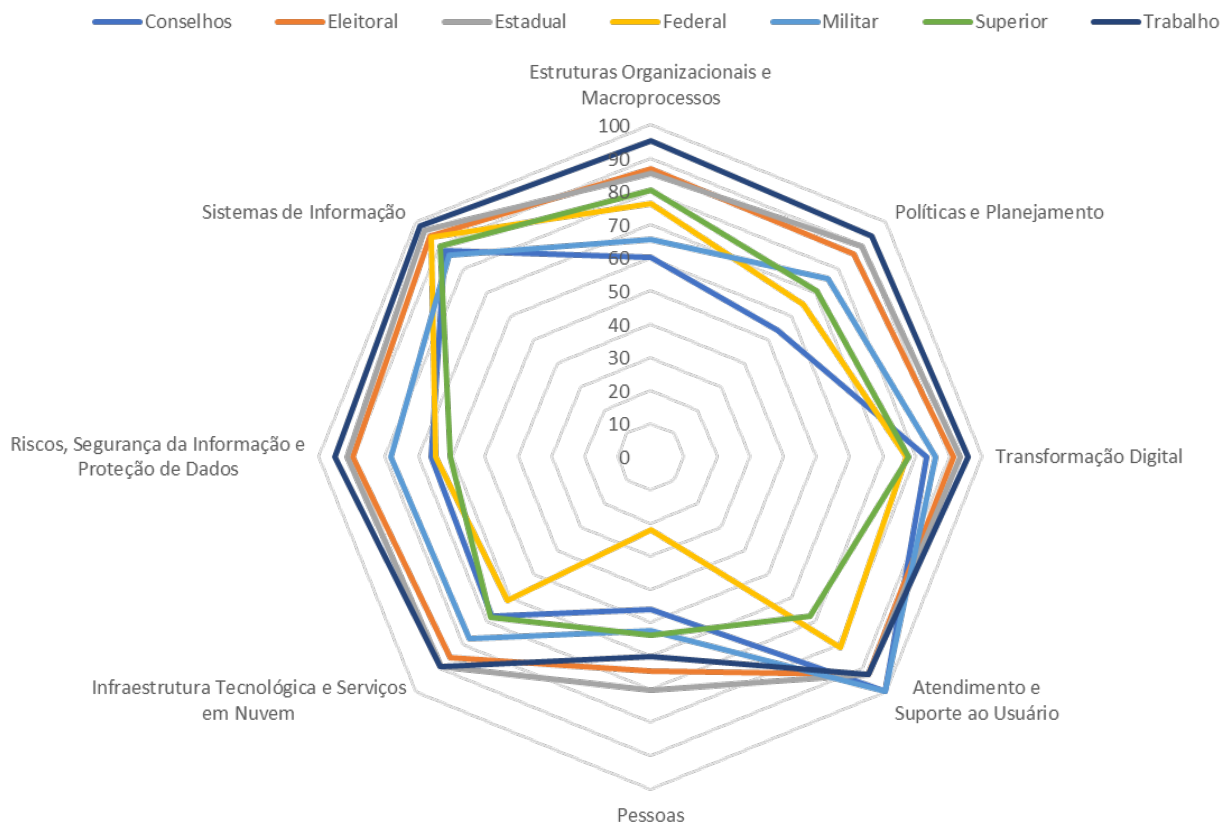


Gráfico 7. Médias Segmento e por Tema

5.7 Médias por Segmento da Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio

5.7.1 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento de Justiça

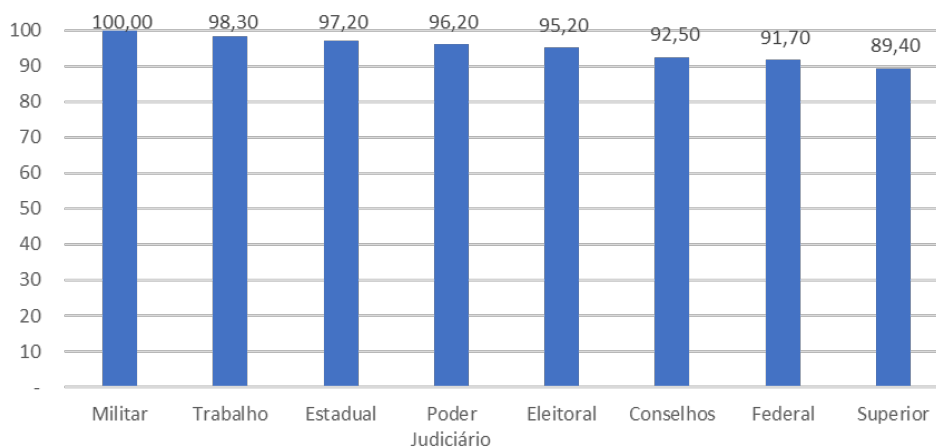


Gráfico 8. Média Geral por Tema do Poder Judiciário

5.7.2 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Governança e Gestão de TIC

Nota Máxima: 50

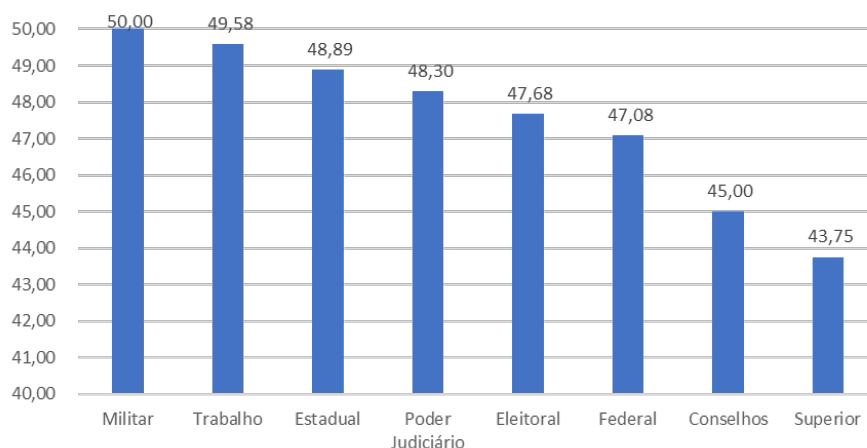
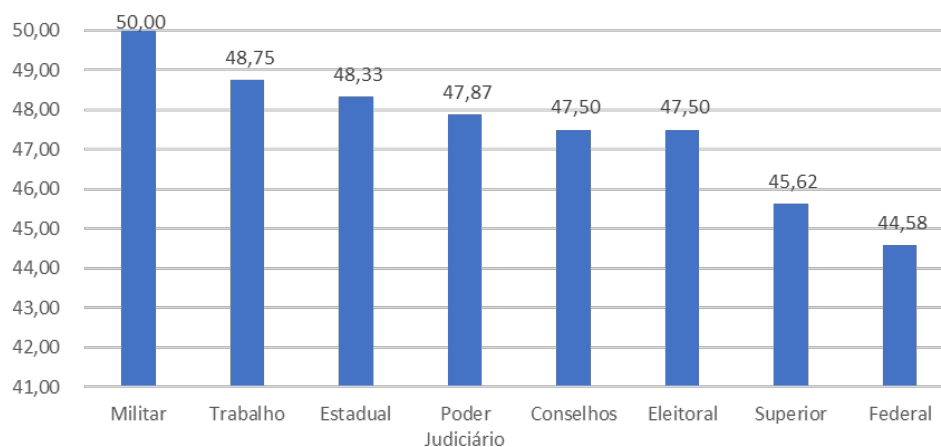


Gráfico 9. Média Geral por Tema do Poder Judiciário

5.7.3 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Gerenciamento de Serviço de TIC

Nota Máxima: 50



5.8 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Órgãos de Grande Porte

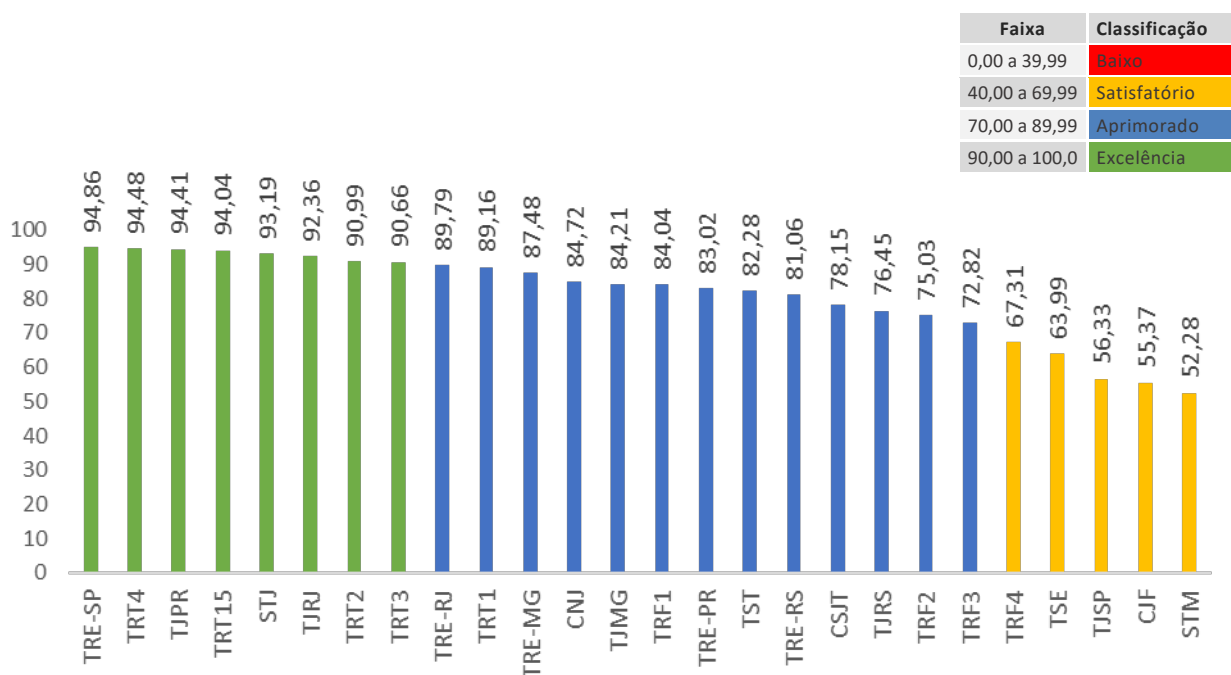


Gráfico 10. Classificação dos Órgãos de Grande Porte iGovTIC-JUD 2025

5.9 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Órgãos de Médio Porte

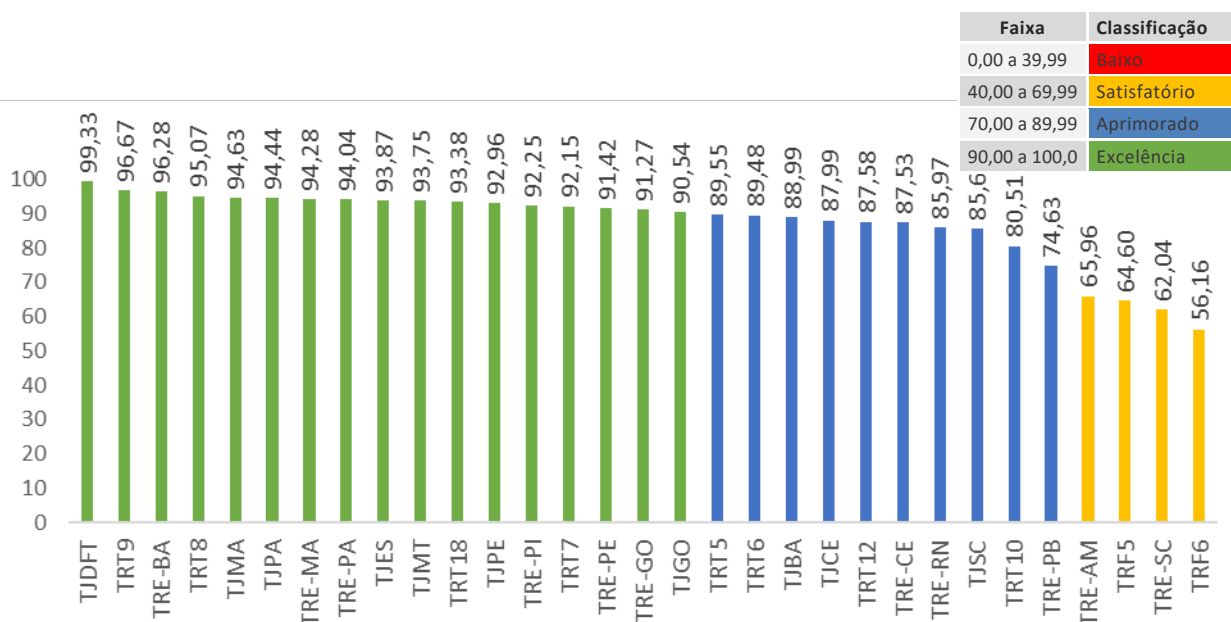


Gráfico 11. Classificação dos Órgãos de Médio Porte iGovTIC-JUD 2025

5.10 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Órgãos de Pequeno Porte

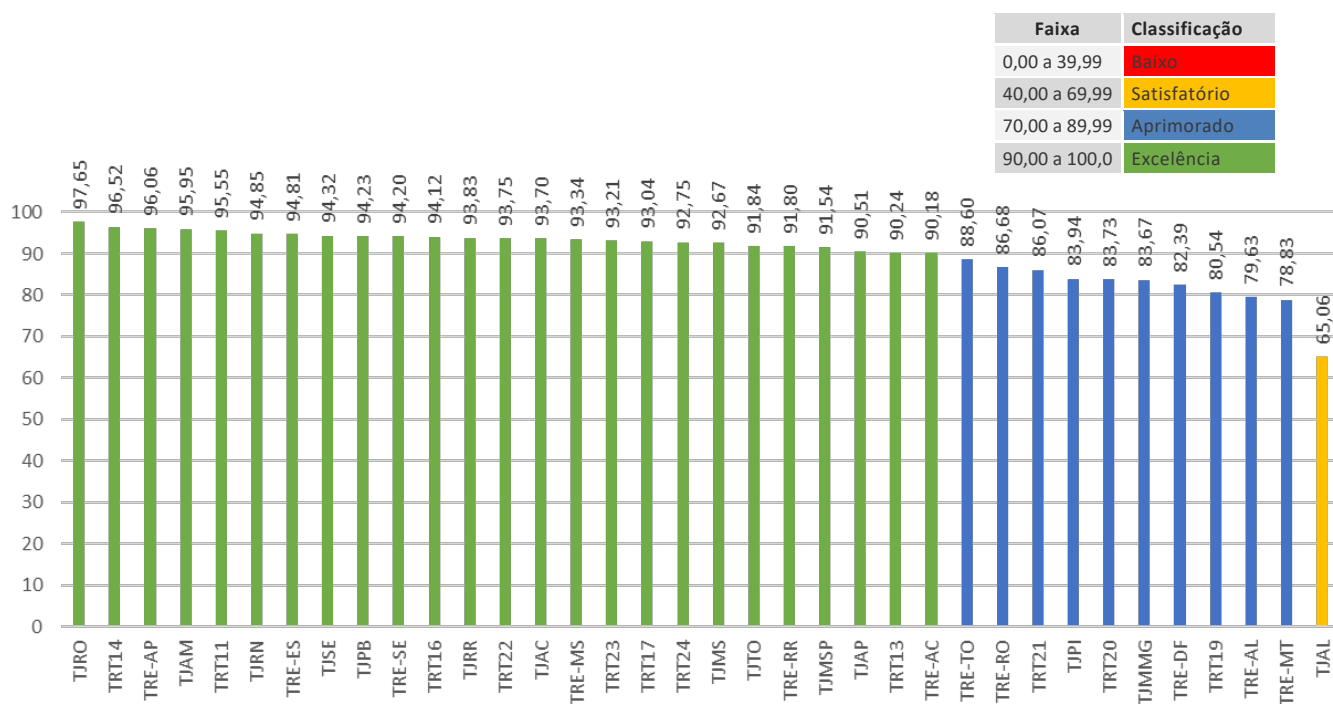


Gráfico 12. Classificação dos Órgãos de Pequeno Porte iGovTIC-JUD 2025

5.11 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais de Justiça Estaduais

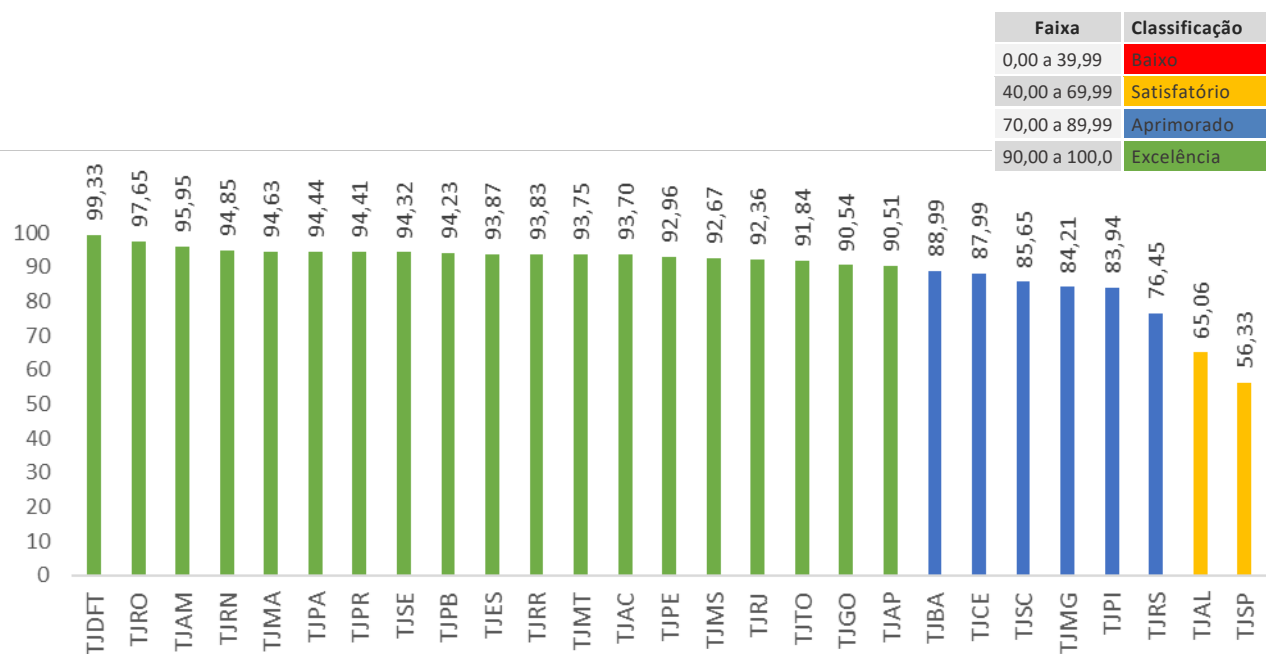


Gráfico 13. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por Tribunais de Justiça Estaduais

5.12 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Regionais Eleitorais

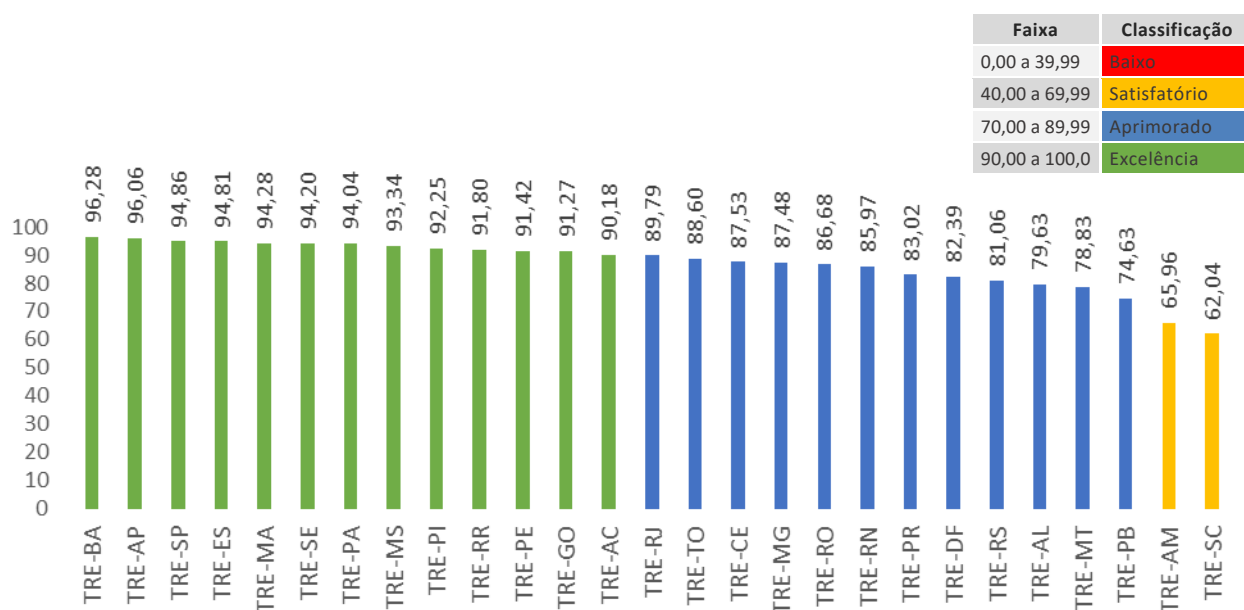


Gráfico 14. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por segmento: Tribunais Regionais Eleitorais

5.13 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Regionais do Trabalho

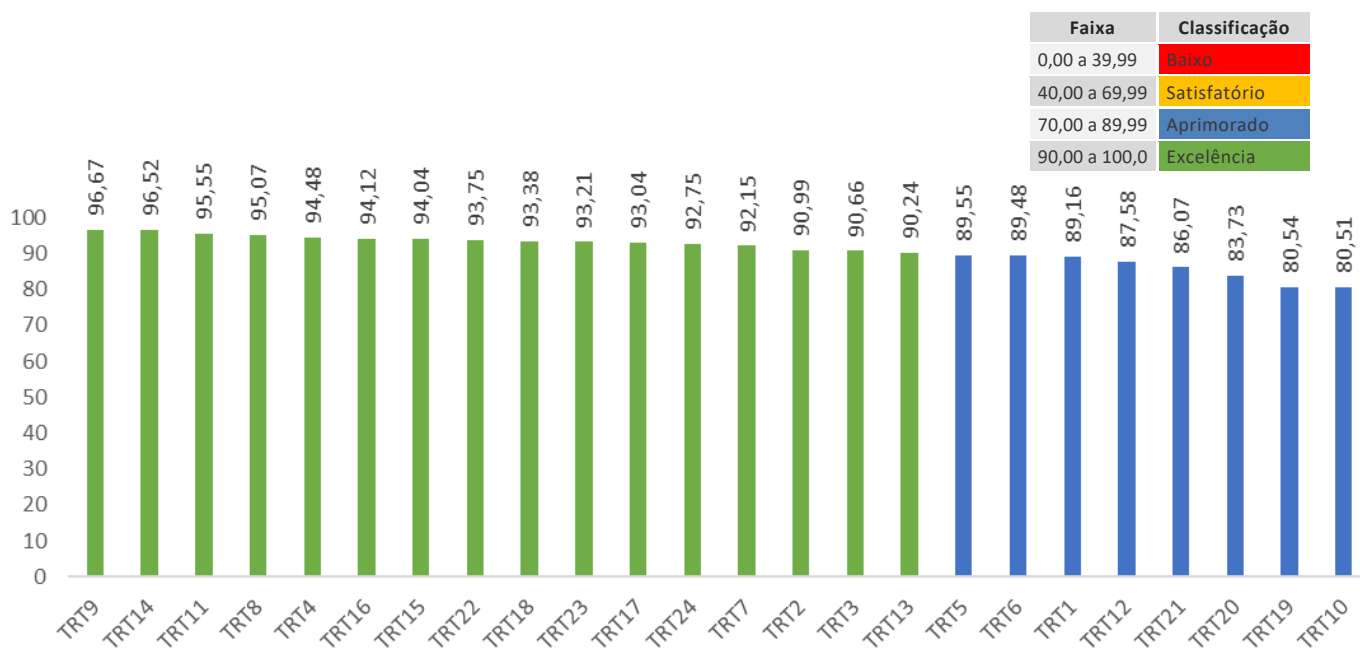


Gráfico 15. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por Tribunais Regionais do Trabalho

5.14 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Regionais Federais

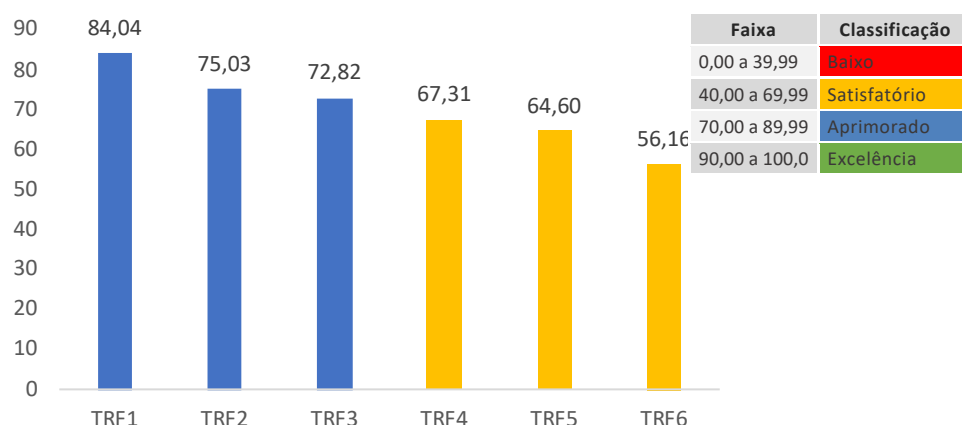


Gráfico 16. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por Tribunais Regionais Federais

1.4 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais da Justiça Militar Estadual

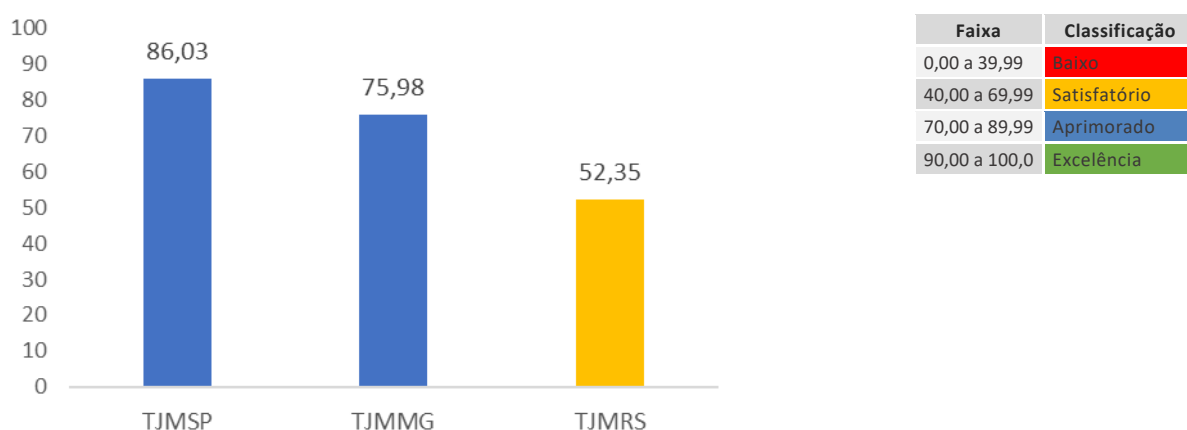


Gráfico 17. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por Tribunais da Justiça Militar Estadual

5.15 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Tribunais Superiores

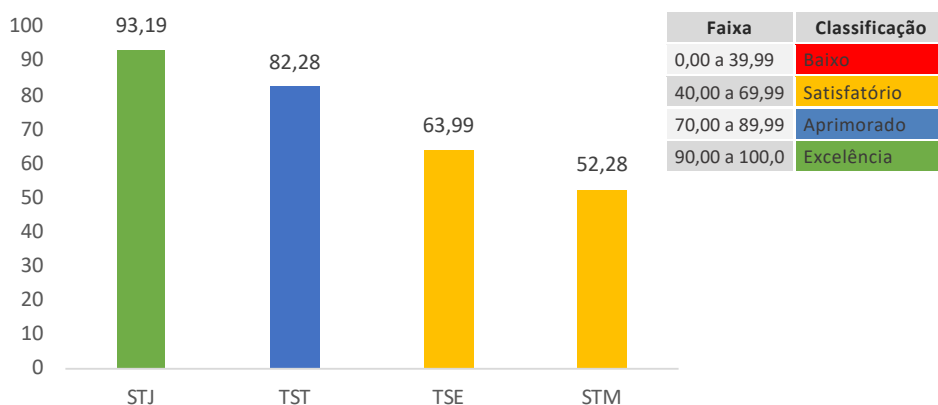


Gráfico 18. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por Tribunais Superiores

5.16 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2025 – Conselhos

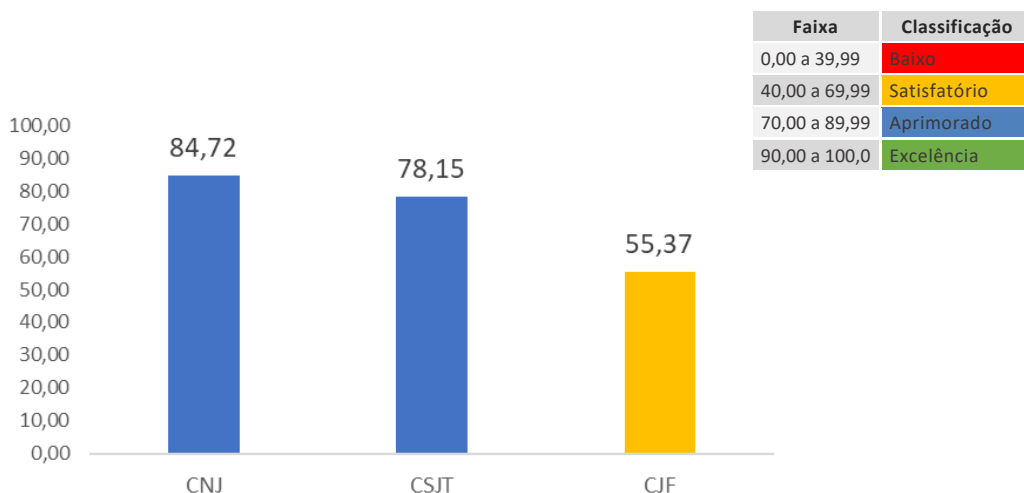


Gráfico 19. Resultados iGovTIC-JUD 2025 por Conselhos de Justiça.

6 Resultados do Órgão no iGovTIC-JUD 2025

Após aplicação das respostas dos questionários, foi utilizada a fórmula de cálculo do iGovTIC-JUD 2025, por órgão participante, resultando nos resultados apresentados nas tabelas e gráficos a seguir:

6.1 Classificação Geral – iGovTIC-JUD 2025

Nome do Órgão	Segmento	Porte	Nível de Maturidade	Resultado do iGovTIC-JUD 2025	Classificação Geral
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios	Estadual	Médio	Excelência	99,33	1
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Estadual	Pequeno	Excelência	97,65	2
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	96,67	3
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	96,52	4
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	Eleitoral	Médio	Excelência	96,28	5
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá	Eleitoral	Pequeno	Excelência	96,06	6
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Estadual	Pequeno	Excelência	95,95	7
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	95,55	8
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	95,07	9
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	Eleitoral	Grande	Excelência	94,86	10
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Estadual	Pequeno	Excelência	94,85	11

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo	Eleitoral	Pequeno	Excelência	94,81	12
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Estadual	Médio	Excelência	94,63	13
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	94,48	14
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Estadual	Médio	Excelência	94,44	15
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Estadual	Grande	Excelência	94,41	16
Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Estadual	Pequeno	Excelência	94,32	17
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	Eleitoral	Médio	Excelência	94,28	18
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Estadual	Pequeno	Excelência	94,23	19
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe	Eleitoral	Pequeno	Excelência	94,20	20
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	94,12	21
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará	Eleitoral	Médio	Excelência	94,04	22
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	94,04	23
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Estadual	Médio	Excelência	93,87	24
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Estadual	Pequeno	Excelência	93,83	25
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Estadual	Médio	Excelência	93,75	26
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,75	27
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Estadual	Pequeno	Excelência	93,70	28
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	93,38	29
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul	Eleitoral	Pequeno	Excelência	93,34	30
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,21	31
Superior Tribunal de Justiça	Superior	Grande	Excelência	93,19	32
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,04	33
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	Estadual	Médio	Excelência	92,96	34
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	92,75	35
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Estadual	Pequeno	Excelência	92,67	36
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Grande	Excelência	92,36	37
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	Eleitoral	Médio	Excelência	92,25	38
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	92,15	39
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Estadual	Pequeno	Excelência	91,84	40
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima	Eleitoral	Pequeno	Excelência	91,80	41

Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Militar	Pequeno	Excelência	91,54	42
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco	Eleitoral	Médio	Excelência	91,42	43
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Eleitoral	Médio	Excelência	91,27	44
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	90,99	45
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	90,66	46
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Estadual	Médio	Excelência	90,54	47
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Estadual	Pequeno	Excelência	90,51	48
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	90,24	49
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre	Eleitoral	Pequeno	Excelência	90,18	50
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	Eleitoral	Grande	Aprimorado	89,79	51
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	89,55	52
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	89,48	53
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Trabalho	Grande	Aprimorado	89,16	54
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Estadual	Médio	Aprimorado	88,99	55
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	88,60	56
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Estadual	Médio	Aprimorado	87,99	57
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	87,58	58
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	Eleitoral	Médio	Aprimorado	87,53	59
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais	Eleitoral	Grande	Aprimorado	87,48	60
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	86,68	61
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	86,07	62
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	Eleitoral	Médio	Aprimorado	85,97	63
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Estadual	Médio	Aprimorado	85,65	64
Conselho Nacional de Justiça	Conselhos	Grande	Aprimorado	84,72	65
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Estadual	Grande	Aprimorado	84,21	66
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	84,04	67
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Estadual	Pequeno	Aprimorado	83,94	68
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	83,73	69
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Militar	Pequeno	Aprimorado	83,67	70
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná	Eleitoral	Grande	Aprimorado	83,02	71

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Distrito Federal	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	82,39	72
Tribunal Superior do Trabalho	Superior	Grande	Aprimorado	82,28	73
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul	Eleitoral	Grande	Aprimorado	81,06	74
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	80,54	75
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	80,51	76
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	79,63	77
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	78,83	78
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Conselhos	Grande	Aprimorado	78,15	79
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Grande	Aprimorado	76,45	80
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	75,03	81
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba	Eleitoral	Médio	Aprimorado	74,63	82
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	72,82	83
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Federal	Grande	Satisfatório	67,31	84
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Eleitoral	Médio	Satisfatório	65,96	85
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Estadual	Pequeno	Satisfatório	65,06	86
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Federal	Médio	Satisfatório	64,60	87
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Militar	Pequeno	Satisfatório	64,47	88
Tribunal Superior Eleitoral	Superior	Grande	Satisfatório	63,99	89
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina	Eleitoral	Médio	Satisfatório	62,04	90
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Estadual	Grande	Satisfatório	56,33	91
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Federal	Médio	Satisfatório	56,16	92
Conselho da Justiça Federal	Conselhos	Grande	Satisfatório	55,37	93
Superior Tribunal Militar	Superior	Grande	Satisfatório	52,28	94

6.2 Classificação por Segmento – iGovTIC-JUD 2025

Nome do Órgão	Segmento	Porte	Nível de Maturidade	Resultado do iGovTIC-JUD 2025	Classificação por Segmento	Classificação Geral
Conselho Nacional de Justiça	Conselhos	Grande	Aprimorado	84,72	1	65
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Conselhos	Grande	Aprimorado	78,15	2	79
Conselho da Justiça Federal	Conselhos	Grande	Satisfatório	55,37	3	93
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	Eleitoral	Médio	Excelência	96,28	1	5
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá	Eleitoral	Pequeno	Excelência	96,06	2	6
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	Eleitoral	Grande	Excelência	94,86	3	10
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo	Eleitoral	Pequeno	Excelência	94,81	4	12
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	Eleitoral	Médio	Excelência	94,28	5	18
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe	Eleitoral	Pequeno	Excelência	94,20	6	20
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará	Eleitoral	Médio	Excelência	94,04	7	22
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul	Eleitoral	Pequeno	Excelência	93,34	8	30
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	Eleitoral	Médio	Excelência	92,25	9	38
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima	Eleitoral	Pequeno	Excelência	91,80	10	41
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco	Eleitoral	Médio	Excelência	91,42	11	43
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Eleitoral	Médio	Excelência	91,27	12	44
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre	Eleitoral	Pequeno	Excelência	90,18	13	50
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	Eleitoral	Grande	Aprimorado	89,79	14	51
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	88,60	15	56
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	Eleitoral	Médio	Aprimorado	87,53	16	59
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais	Eleitoral	Grande	Aprimorado	87,48	17	60
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	86,68	18	61
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	Eleitoral	Médio	Aprimorado	85,97	19	63
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná	Eleitoral	Grande	Aprimorado	83,02	20	71
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Distrito Federal	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	82,39	21	72
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul	Eleitoral	Grande	Aprimorado	81,06	22	74
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	79,63	23	77

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	78,83	24	78
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba	Eleitoral	Médio	Aprimorado	74,63	25	82
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Eleitoral	Médio	Satisfatório	65,96	26	85
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina	Eleitoral	Médio	Satisfatório	62,04	27	90
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios	Estadual	Médio	Excelência	99,33	1	1
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Estadual	Pequeno	Excelência	97,65	2	2
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Estadual	Pequeno	Excelência	95,95	3	7
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Estadual	Pequeno	Excelência	94,85	4	11
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Estadual	Médio	Excelência	94,63	5	13
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Estadual	Médio	Excelência	94,44	6	15
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Estadual	Grande	Excelência	94,41	7	16
Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Estadual	Pequeno	Excelência	94,32	8	17
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Estadual	Pequeno	Excelência	94,23	9	19
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Estadual	Médio	Excelência	93,87	10	24
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Estadual	Pequeno	Excelência	93,83	11	25
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Estadual	Médio	Excelência	93,75	12	26
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Estadual	Pequeno	Excelência	93,70	13	28
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	Estadual	Médio	Excelência	92,96	14	34
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Estadual	Pequeno	Excelência	92,67	15	36
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Grande	Excelência	92,36	16	37
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Estadual	Pequeno	Excelência	91,84	17	40
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Estadual	Médio	Excelência	90,54	18	47
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Estadual	Pequeno	Excelência	90,51	19	48
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Estadual	Médio	Aprimorado	88,99	20	55
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Estadual	Médio	Aprimorado	87,99	21	57
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Estadual	Médio	Aprimorado	85,65	22	64
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Estadual	Grande	Aprimorado	84,21	23	66
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Estadual	Pequeno	Aprimorado	83,94	24	68
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Grande	Aprimorado	76,45	25	80

Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Estadual	Pequeno	Satisfatório	65,06	26	86
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Estadual	Grande	Satisfatório	56,33	27	91
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	84,04	1	67
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	75,03	2	81
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	72,82	3	83
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Federal	Grande	Satisfatório	67,31	4	84
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Federal	Médio	Satisfatório	64,60	5	87
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Federal	Médio	Satisfatório	56,16	6	92
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Militar	Pequeno	Excelência	91,54	1	42
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Militar	Pequeno	Aprimorado	83,67	2	70
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Militar	Pequeno	Satisfatório	64,47	3	88
Superior Tribunal de Justiça	Superior	Grande	Excelência	93,19	1	32
Tribunal Superior do Trabalho	Superior	Grande	Aprimorado	82,28	2	73
Tribunal Superior Eleitoral	Superior	Grande	Satisfatório	63,99	3	89
Superior Tribunal Militar	Superior	Grande	Satisfatório	52,28	4	94
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	96,67	1	3
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	96,52	2	4
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	95,55	3	8
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	95,07	4	9
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	94,48	5	14
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	94,12	6	21
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	94,04	7	23
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,75	8	27
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	93,38	9	29
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,21	10	31
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,04	11	33
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	92,75	12	35
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	92,15	13	39

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	90,99	14	45
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	90,66	15	46
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	90,24	16	49
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	89,55	17	52
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	89,48	18	53
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Trabalho	Grande	Aprimorado	89,16	19	54
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	87,58	20	58
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	86,07	21	62
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	83,73	22	69
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	80,54	23	75
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	80,51	24	76

6.3 Classificação por Porte – iGovTIC-JUD 2025

Nome do Órgão	Segmento	Porte	Nível de Maturidade	Resultado do iGovTIC-JUD 2025	Classificação por Porte	Classificação Geral
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	Eleitoral	Grande	Excelência	94,86	1	10
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	94,48	2	14
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Estadual	Grande	Excelência	94,41	3	16
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	94,04	4	23
Superior Tribunal de Justiça	Superior	Grande	Excelência	93,19	5	32
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Grande	Excelência	92,36	6	37
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	90,99	7	45
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Trabalho	Grande	Excelência	90,66	8	46
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	Eleitoral	Grande	Aprimorado	89,79	9	51
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Trabalho	Grande	Aprimorado	89,16	10	54
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais	Eleitoral	Grande	Aprimorado	87,48	11	60
Conselho Nacional de Justiça	Conselhos	Grande	Aprimorado	84,72	12	65
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Estadual	Grande	Aprimorado	84,21	13	66

Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	84,04	14	67
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná	Eleitoral	Grande	Aprimorado	83,02	15	71
Tribunal Superior do Trabalho	Superior	Grande	Aprimorado	82,28	16	73
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul	Eleitoral	Grande	Aprimorado	81,06	17	74
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Conselhos	Grande	Aprimorado	78,15	18	79
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Grande	Aprimorado	76,45	19	80
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	75,03	20	81
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Federal	Grande	Aprimorado	72,82	21	83
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Federal	Grande	Satisfatório	67,31	22	84
Tribunal Superior Eleitoral	Superior	Grande	Satisfatório	63,99	23	89
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Estadual	Grande	Satisfatório	56,33	24	91
Conselho da Justiça Federal	Conselhos	Grande	Satisfatório	55,37	25	93
Superior Tribunal Militar	Superior	Grande	Satisfatório	52,28	26	94
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios	Estadual	Médio	Excelência	99,33	1	1
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	96,67	2	3
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	Eleitoral	Médio	Excelência	96,28	3	5
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	95,07	4	9
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Estadual	Médio	Excelência	94,63	5	13
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Estadual	Médio	Excelência	94,44	6	15
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	Eleitoral	Médio	Excelência	94,28	7	18
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará	Eleitoral	Médio	Excelência	94,04	8	22
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Estadual	Médio	Excelência	93,87	9	24
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Estadual	Médio	Excelência	93,75	10	26
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	93,38	11	29
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	Estadual	Médio	Excelência	92,96	12	34
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	Eleitoral	Médio	Excelência	92,25	13	38
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Trabalho	Médio	Excelência	92,15	14	39
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco	Eleitoral	Médio	Excelência	91,42	15	43
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Eleitoral	Médio	Excelência	91,27	16	44

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Estadual	Médio	Excelência	90,54	17	47
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	89,55	18	52
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	89,48	19	53
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Estadual	Médio	Aprimorado	88,99	20	55
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Estadual	Médio	Aprimorado	87,99	21	57
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	87,58	22	58
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	Eleitoral	Médio	Aprimorado	87,53	23	59
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	Eleitoral	Médio	Aprimorado	85,97	24	63
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Estadual	Médio	Aprimorado	85,65	25	64
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Trabalho	Médio	Aprimorado	80,51	26	76
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba	Eleitoral	Médio	Aprimorado	74,63	27	82
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Eleitoral	Médio	Satisfatório	65,96	28	85
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Federal	Médio	Satisfatório	64,60	29	87
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina	Eleitoral	Médio	Satisfatório	62,04	30	90
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Federal	Médio	Satisfatório	56,16	31	92
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Estadual	Pequeno	Excelência	97,65	1	2
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	96,52	2	4
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá	Eleitoral	Pequeno	Excelência	96,06	3	6
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Estadual	Pequeno	Excelência	95,95	4	7
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	95,55	5	8
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Estadual	Pequeno	Excelência	94,85	6	11
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo	Eleitoral	Pequeno	Excelência	94,81	7	12
Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Estadual	Pequeno	Excelência	94,32	8	17
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Estadual	Pequeno	Excelência	94,23	9	19
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe	Eleitoral	Pequeno	Excelência	94,20	10	20
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	94,12	11	21
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Estadual	Pequeno	Excelência	93,83	12	25
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,75	13	27

Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Estadual	Pequeno	Excelência	93,70	14	28
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul	Eleitoral	Pequeno	Excelência	93,34	15	30
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,21	16	31
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	93,04	17	33
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	92,75	18	35
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Estadual	Pequeno	Excelência	92,67	19	36
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Estadual	Pequeno	Excelência	91,84	20	40
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima	Eleitoral	Pequeno	Excelência	91,80	21	41
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Militar	Pequeno	Excelência	91,54	22	42
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Estadual	Pequeno	Excelência	90,51	23	48
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Trabalho	Pequeno	Excelência	90,24	24	49
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre	Eleitoral	Pequeno	Excelência	90,18	25	50
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	88,60	26	56
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	86,68	27	61
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	86,07	28	62
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Estadual	Pequeno	Aprimorado	83,94	29	68
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	83,73	30	69
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Militar	Pequeno	Aprimorado	83,67	31	70
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Distrito Federal	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	82,39	32	72
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Trabalho	Pequeno	Aprimorado	80,54	33	75
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	79,63	34	77
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso	Eleitoral	Pequeno	Aprimorado	78,83	35	78
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Estadual	Pequeno	Satisfatório	65,06	36	86
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Militar	Pequeno	Satisfatório	64,47	37	88